

XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia
Santiago, Chile
29 de setembro a 4 de outubro de 2013

A “singularidade brasileira” para além do eurocentrismo? Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Junior

Proceso de Producción del conocimiento: Discusión em Teoria Social

GT 17 - Pensamento Latinoamericano e teoria social

Sergio B. F. Tavolaro
Universidade de Brasília (UnB)

Resumo:

O paper almeja salientar as novidades e rupturas consumadas por três intérpretes da “geração de 1930” do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Atenção especial é dedicada às ambigüidades de alguns de seus mais importantes ensaios de interpretação. As questões que movem o trabalho são as seguintes: em que medida referências epistemológicas caras a uma formação discursiva prévia mantêm-se atuantes nessas obras, a despeito do caráter inédito comumente atribuído a elas? Ademais, reconhecidas suas novas maneiras de codificar a formação brasileira, até que ponto elas continuariam tributárias de certa *episteme* (eurocêntrica) que desde pronto vislumbra o Brasil contemporâneo como uma espécie de “desvio” do projeto da modernidade”?

Palavras-chave: pensamento social brasileiro; modernidade; teoria social

I

Se é verdade que a ideia de uma “singularidade brasileira” é tão antiga quanto o pensamento social no Brasil, cabe observar que a década de 1930 é apontada como cenário de uma maneira inteiramente nova de se interpretar essa peculiar sociedade, livre das amarras conceituais eurocêntricas que pesavam em outras épocas. Com expressiva frequência, alusões são feitas a uma “geração intelectual de 1930” protagonista de certa ruptura epistemológica: seus ensaios interpretativos representariam um olhar inédito sobre o Brasil; de uma vez por todas, variáveis propriamente sociais teriam sido elevadas à condição de âncora explicativa em detrimento de outras variáveis (dentre elas o clima, a composição racial da população, além da suposta particularidade de seu meio natural) até então em voga. Por isso mesmo, afirma-se que suas principais obras lograram sedimentar as bases de um tipo de reflexão verdadeiramente sociológico acerca das origens da sociedade brasileira, bem como de seu caminho e chegada na modernidade. O presente trabalho almeja salientar as novidades e rupturas consumadas por três intérpretes dessa celebrada geração: Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Em linhas gerais, a questão que move o trabalho é a seguinte: reconhecidas suas novas maneiras de codificar a formação social brasileira, até que ponto elas continuariam tributárias de certa *episteme* (eurocêntrica) que desde pronto vislumbra o Brasil contemporâneo como uma espécie de “desvio” do projeto da modernidade”?

Cabe observar que o desconforto em relação ao empréstimo de referências cognitivas, normativas e estético-expressivas tidas como estranhas ou estrangeiras à “realidade brasileira” é um traço recorrente em nosso pensamento social. A expressão “ideias fora do lugar”, tornada célebre por

Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas* – ou seja, “o desacordo entre a representação e o que, pensando bem, sabemos ser o seu contexto” (Schwarz, 1992: 21) – não deveria apenas ser tomada em referência aos alardeados hiatos e descompassos entre, de um lado, o liberalismo (e seu respectivo quadro de referência político-institucional) e, de outro, nossa configuração social. A meu ver, a expressão supracitada logra também trazer à luz certo sentimento, manifestado por várias dentre as figuras-chave desse pensamento, de que comumente adotamos (ou contrabandeamos) conceitos e categorias que não se adequam a nós – ou, quando nos servem, o fazem apenas de maneira enviesada e, por vezes, oportunista. Uma das principais razões desse desajuste, por assim dizer, seria o fato de tais conceitos, categorias e referências “importados” distarem em muito da realidade brasileira.

Há, nesse sentido, uma forte tensão que habita abordagens interpretativas e autores diversos: afirma-se que nossa sociedade é *sui generis*, dotada de flagrante originalidade – enfim, que tivemos uma história muito diferente e que as especificidades dos processos de nossa formação social desaguaram em algo verdadeiramente único. Pretendo discutir aspectos dessa tensão à luz de algumas propostas teóricas mais recentes. Tais propostas têm se dedicado não só à considerável diversidade societal no quadro da modernidade contemporânea como também aos efeitos perniciosos de comparações que, implícita ou explicitamente, consciente ou inadvertidamente, realimentam certas hierarquizações embutidas no discurso sociológico da modernidade. Refiro-me em particular aos debates em torno da noção de modernidades múltiplas e da chamada condição pós-colonial. Em ambos os casos, renovam-se os esforços em direção ao questionamento da centralidade epistemológica da “modernidade ocidental ou europeia”, salientando-se as limitações de natureza empírica dessa posição privilegiada além de suas implicações político-normativas.

II

É dispensável, a essa altura, sublinhar a centralidade das interpretações de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. no pensamento social brasileiro. Interessa-me refletir acerca das variáveis sobre as quais tais interpretações sustentam-se e, em segundo lugar, examinar em que medida elas são tomadas como evidências da inadequação de referências (cognitivas e normativas) que, para esses autores, forjaram-se em contextos estrangeiros. A meu ver, se há algum denominador claramente discernível comum à obra de Freyre e às de alguns dos principais trabalhos de Buarque de Holanda e Prado Jr. é o lugar de destaque que passam a gozar fatores propriamente sociais, doravante tratados como as âncoras explicativas por excelência da alardeada “singularidade brasileira”. É por meio dessas âncoras que esses autores manifestam sua resistência à aplicação imediata de ideias e referências normativo-institucionais estrangeiras em nossa realidade.

Em Sergio Buarque, tal sentimento é expresso de maneira patente logo nas primeiras páginas de *Raízes do Brasil*: “A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüência” (Holanda, 1994: 3). Um dos legados desse descompasso, segundo Buarque de Holanda, teria sido certa confusão identitária: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (Holanda, 1994: 3). As conclusões a que chega Freyre acerca de tal experiência, apresentadas três anos antes no clássico *Casa-grande & senzala*, são mais otimistas do que as sugeridas por Buarque de Holanda. Mas a originalidade da formação social brasileira é igualmente seu ponto de partida analítico tanto quanto seu ponto de chegada. Fruto da combinação entre “indivíduos de cultura predominantemente européia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia”, “enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa”, acreditava Gilberto Freyre que “Talvez em parte alguma se esteja

verificando com igual liberdade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, no Brasil” (Freyre, 2000: 123). Caio Prado Jr. também não deixa margem de dúvidas em sua convicção quanto à peculiaridade dessa experiência. Se, por um lado, conforme assevera o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), a “descoberta” da América pela Europa a partir do século XV foi “um capítulo da história do comércio europeu” (Prado Jr., 2011: 19), seu desdobramento não teria ocorrido de forma homogênea: na zona temperada (que compreende “o território americano ao norte da baía de Delaware”), o povoamento deu-se “num meio físico muito aproximado do da Europa”, tendo florescido “uma sociedade que, embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será mais que simples prolongamento dele” (Prado Jr., 2011: 24). Algo muito distinto teria se passado nas zonas tropical e subtropical, nas quais se formaria a sociedade brasileira. Cenário marcado por condições naturais bastante diversas das europeias, ali “surgirá um tipo de sociedade inteiramente original” (Prado Jr., 2011: 28).

Imbuído da missão de explicar aquela que lhe parecia a primeira civilização moderna nos trópicos, Freyre lança uma advertência por si só indicativa de um novo discurso acerca da “singularidade brasileira”: o autor afirma ter aprendido com Franz Boas, seu antigo professor, “a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*, a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio” (Freyre, 2000: 45). As implicações dessa mudança de ênfase analítica, traduzida na acentuação de variáveis explicativas muito diversas daquelas nutridas por interpretações prévias, logo tornam-se evidentes. Diz-nos Freyre que dentro dos objetivos e da própria orientação do ensaio *Casa-grande & senzala*, e em vista da importância conferida ao negro africano na formação da sociedade brasileira, “interessam menos as diferenças de antropologia física (que ao nosso ver não explicam inferioridades ou superioridades humanas, quando transpostas dos termos de hereditariedade de família para os de raça) que as de antropologia cultural e de história social africana” (Freyre, 2000: 362). Não se quer dizer com isso que considerações acerca do *meio físico* e de supostas *aptidões e inaptidões de cunho biológico* tenham sido abandonadas por completo nas reflexões desse autor. O mesmo se aplica a Sergio Buarque e ao Caio Prado Jr. de *Formação do Brasil Contemporâneo*, este último crítico de teorias apoiadas exageradamente na noção de “inadaptabilidade do branco aos trópicos”, mas ainda assim de acordo com a ideia de certa “falta de predisposição, em raças formadas em climas mais frios e por isso afeiçoadas a eles, em suportar os trópicos e se comportar similarmente neles” (Prado Jr., 2011: 24). Mas nos três casos, o estatuto, a importância tanto quanto a posição desses fatores extra-sociais, por assim dizer, não são de modo algum análogos aos observados, por exemplo, em Silvio Romero e Euclides da Cunha.

Note-se que a reduzida importância desses fatores é proporcionalmente inversa à magnitude atribuída a aspectos sociais. Para Caio Prado Jr., é o *sentido* específico da *colonização* europeia nas zonas tropical e subtropical, “de que o Brasil é uma das resultantes” (Prado Jr., 2008: 23), que explica nossa experiência social. De acordo com o autor, se por ventura “vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso” (Prado Jr., 2011: 29). Ora, segundo o autor, “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras” (p. 29). O impacto desse motivo primordial não teria se diluído com o passar do tempo. Ao contrário disso, para Caio Prado Jr., tal impulso inicial, que “explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (Prado Jr., 2008: 23), não só permanecerá dominante, como também “se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país” (p. 29).

Igualmente preocupado em decifrar as raízes de nossa formação social, Sergio Buarque postula ter sido a Península Ibérica, e em especial Portugal a experiência de onde “nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (Holanda, 1994: 11); tal

cultura, vale dizer, teria sido marcada por “uma aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência” (p. 75). Compreender-se-ia, com isso, o porquê de ter sido a ética da aventura, em detrimento da ética do trabalho, aquela que orientou a colonização, exploração e povoamento dessas terras, tendo prevalecido, acima de tudo, a ânsia do português pela prosperidade instantânea, com o mínimo possível de esforço. Esse princípio que, “desde os tempos remotos da colonização, norteou a criação de riqueza do país, não cessou de valer um só momento para a produção agrícola. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios” (Holanda, 1994: 21). Note-se que, para Holanda, “Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícios fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo” (p. 11). Derivam, pois, justamente dessa herança cultural ibérica, segundo Sergio Buarque, alguns dos traços mais marcantes e sedimentados do homem brasileiro, a saber, seu personalismo e cordialidade. Graças ao traço personalista, temos que “Cada indivíduo (...) afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral (...), atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (Holanda, 1994: 113). Já sua cordialidade, que nada teria a ver com polidez, bondade ou concórdia, significaria a prevalência “do afetivo, do irracional, do passional” na vida brasileira, além da ênfase nos códigos “da intimidade, do familiar e do privado”, na mesma proporção em que se atrofiam as “qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras” (Holanda, 1994: 30-31).

Bem sabemos que a família patriarcal poligâmica, aliada à miscigenação, são, para Gilberto Freyre, os principais responsáveis pelas novidades desta que, segundo ele, é “a primeira sociedade moderna construída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência”. Em torno daquele tipo de configuração familiar e do latifúndio monocultor (baseado na mão de obra escrava e produtor de cana de açúcar para exportação) estrutura-se integralmente a vida social nos primeiros séculos da colonização. São, pois, os seus códigos de sociabilidade que definiram os contornos daquela sociedade em formação. Mas, como quer Freyre, “o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira” (Freyre, 2000: 82) explica-se, também, pela força e abrangência da miscigenação que aqui teria se processado, amalgamando como em nenhum outro lugar brancos (portugueses europeus), negros (africanos) e indígenas (americanos). Um de seus principais argumentos é que “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (p. 46). E é justamente neste ponto que uma vez mais percebemos a importância conferida à cultura na explicação da peculiaridade societal brasileira. Se, como quer argumentar Freyre, o negro foi um elemento civilizador de primeira ordem na sociedade brasileira, isso se deveria ao fato de que “importaram-se para o Brasil, da área mais penetrada pelo Islamismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos” (Freyre, 2000: 357). Todos esses aspectos conjugados teriam feito da singular formação brasileira “um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena (...) e a africana. A economia agrária e a pastoril. (...) Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo” (Freyre, 2000: 125).

Feitas essas considerações acerca das variáveis que Freyre, Buarque de Holanda e Prado Jr. tomam por explicativas de nossa formação social, quero argumentar que os aspectos sociais apontados como suas resultantes não deixam outra alternativa a esses intérpretes a não ser vislumbrar a sociedade brasileira como um “cenário desviante” do “centro”.

III

Conforme anteriormente sugerido, segundo Caio Prado Jr., os impactos da orientação – ou *sentido* – mercantil da colonização das zonas tropical e subtropical do continente americano, cuja “descoberta” fora um capítulo do comércio europeu, não se esgotaram quando os países da região alcançaram sua independência política. Para o autor, seus efeitos perdurariam em tempos recentes. Por isso, para Prado Jr., investigar o período colonial dessas sociedades consistiria em buscar chaves para

melhor compreender seus desafios presentes (Coutinho, 2011). Ao lado dessa orientação exterior, responsável por torná-la “simples fornecedora do comércio internacional”, os outros característicos fundamentais da economia colonial seriam, de um lado, a grande unidade produtora (agrícola, mineradora ou extrativa) e, de outro, o trabalho escravo (Prado Jr., 2011: 129). Em franco contraste com os países centrais, a onipresença da escravidão na vida social brasileira colonial, tanto no campo como na cidade, “tornou muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre” (Prado Jr., 2011: 295). Graças a isso, “Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos (...)” (Prado Jr., 2011: 299). Tal situação responderia pela considerável concentração de poder econômico, social e administrativo em favor do grande proprietário tornado aristocrata. Num quadro como aquele, não seria de se estranhar “a ausência de nexo moral. Raças e indivíduos mal se unem; não se fundem num todo coeso” (Prado Jr., 2011: 362).

Prado Jr. nos mostra que ao longo dos séculos, a progressiva (ainda que muitas vezes claudicante) sofisticação da estrutura produtiva brasileira, acompanhada de complexificação social e política, traduziu-se em um quadro societal muito diverso do colonial. De acordo com o autor de *Evolução Política do Brasil*, várias das mudanças políticas foram alavancas justamente em adequação às transformações observadas na “base material” (Prado Jr., 1994). Mas é sintomático que Prado Jr. afirme que “é ainda do jogo das contradições entre o passado colonial, que resiste, e as forças de renovação, que impulsionam o país por novos rumos, que resulta o processamento de nossa evolução econômica” (Prado Jr., 2008: 299-300). Assim, mantidas as condições de dependência da economia brasileira no quadro internacional imperialista, jamais nos caberia posição protagonista diante dos centros hegemônicos. Na verdade, para o autor, “Não passaremos nunca de retardatários cada vez mais distanciados, um complemento periférico e simples apêndice daqueles centros” (Prado Jr., 2008: 329). Por isso, nosso principal desafio estaria em realizar “a reforma estrutural da economia brasileira capaz de a elevar a um novo plano inteira e definitivamente liberto de seu passado colonial” (Prado Jr., 2008: 341).

Segundo B. de Holanda, efeito do personalismo do português, de sua “aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência” e de sua postura aventureira na empresa colonizadora, teria se sedimentado no Brasil um padrão de sociabilidade em vários aspectos diverso do observado em “terras protestantes”. Estruturada à sombra do poder inquebrantável do patriarca latifundiário, tal sociedade viu suas inúmeras esferas e domínios estruturarem-se à sua imagem. Vale lembrar que, a seu ver, “O engenho constituía um organismo completo e, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo” (Holanda, 1994: 48). Tamanha auto-suficiência do latifúndio ajudaria, ademais, a explicar por que, nessa sociedade, “as facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente as famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins (...) há de preponderar sobre as demais considerações” (Holanda, 1994: 47). Ora, “um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente do núcleo familiar (...) está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre foram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (Holanda, 1994: 106). Naquelas circunstâncias, nas quais predominavam “contatos primários” e, por conseguinte, “laços de sangue e de coração” (p. 106), o cimento social seria “sentimentos e deveres”, em detrimento de “interesses e idéias” (p. 47).

Esses traços teriam deixado marcas indeléveis na dinâmica político-administrativa desse país. Primeiramente, segundo Sergio Buarque, “só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses” (Holanda, 1994: 106). Em segundo lugar, e como forte evidência de termos trazido “de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam” (Holanda, 1994: 119), diz-nos o autor que “a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós” (p. 119). Daí porque “A democracia no Brasil foi sempre um mal-entendido” (p. 119). Sergio Buarque reconhece que desde 1808 (quando da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil)

passamos por consideráveis transformações que acentuaram a urbanização e o aprimoramento de instituições propriamente modernas. Mas nossas peculiaridades ainda não teriam sido de todo eliminadas. Viveríamos ainda hoje “entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta porvir à luz” (Holanda, 1936/1994: 135).

Freyre não é menos enfático em denunciar o prolongamento temporal dessa formação histórica singular. Ele também reconhece a forte transformação sofrida pela sociedade brasileira desde o final do século XVIII, com a descoberta de minas preciosas que incentivaram a maior presença estatal portuguesa no Brasil. Ao longo do século XIX, que já em seu início testemunhara a transferência do monarca e de sua corte para o Rio de Janeiro, essas mudanças teriam se acentuado, redundando na crise e declínio da sociedade patriarcal. A europeização do país, agora sob influência da Inglaterra e da França, somada à própria crise da economia canavieira e dos antigos engenhos, teria desaguado na perda de poder do *pater familias* e dos códigos de sociabilidade que o acompanhavam. Ainda assim, para ele, “tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser a influência criadora, conservadora e disseminadora de valores que foi na sua fase patriarcal” (Freyre, 1996: XC). Porrtanto, mesmo com o declínio do *pater familias*, referências paternalistas não teriam se diluído por completo na medida em que encontraram novas referências seja no Imperador, seja no Presidente da República ou mesmo no Exército nacional (Freyre, 1990). Por fim, talvez aquele que lhe parecia o traço mais distintivo e original dessa singular sociedade, fruto do peculiar padrão de relação étnico-racial que acreditava existir entre nós, Freyre chama atenção para as “condições de confraternização e de mobilização social peculiares no Brasil”, “agindo sempre entre tantos antagonismos, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os”: “Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento de valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado” (Freyre, 2000: 163). Esse traço, indicativo de uma espécie de democracia social, faria sentir seu peso no cotidiano do brasileiro: “a dispersão da herança, a fácil e freqüente mudança de profissão e de residência, o fácil e freqüente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais” (Freyre, 2000: 125).

Tão logo contrapomos esses intérpretes a algumas das figuras que se destacaram na cena intelectual brasileira da virada do século XIX para o XX, ficam indisfarçáveis as diferenças que perpassam suas narrativas e discursos em torno da “singularidade brasileira”. Essas distintas gerações apoiaram-se em bases epistemológicas diversas que, ao fim e ao cabo, conduziram-nas a ênfases explicativas e interpretativas também diferentes. Consideradas à luz do discurso sociológico da modernidade, o que se poderia tirar dessa ênfase que a “geração de 1930” atribui aos momentos iniciais de nossa formação em suas obras interpretativas?

IV

Em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto dirigem críticas contumazes ao historicismo que permeava as teorias da modernização, bastante apreciadas no universo acadêmico norte-americano a partir dos anos 1950. Para os autores, tais teorias se equivocariam ao perceber as sociedades latino-americanas contemporâneas numa condição de “dualismo estrutural”, isto é, a meio caminho entre um mundo tradicional e outro moderno. Equivocar-se-iam, ainda, ao supor que “as pautas dos sistemas político, social e econômico dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas” (Cardoso e Faletto, 1969/2004: 30). Ora, não é difícil perceber também em Freyre, Prado Jr. e Buarque de Holanda fortes objeções ao emprego indiscriminado de teorias, conceitos e categorias elaborados nas “sociedades centrais” em exercícios de decifração da realidade brasileira. Mas suas antecipações críticas às teorias da modernização não se esgotam nesse ponto. Na contramão dessas teorias nota-se, além disso, uma reiterada rejeição a qualquer concepção progressivo-linear da experiência da

modernidade. A atenção conferida ao nosso passado é reveladora dessa preocupação: as evidências reunidas para consubstanciar seus diagnósticos em torno da “singularidade brasileira” afastam eventuais expectativas quanto à reprodução rigorosa dos processos, transformações e pontos de chegada observados nas “sociedades centrais”¹.

Talvez ainda mais interessantes sejam as antecipações desses intérpretes a uma outra reavaliação crítica, esta bem mais recente, do discurso sociológico clássico da modernidade. A meu ver, algumas das principais preocupações de Freyre, Prado Jr. e Buarque de Holanda acerca do lugar da “singularidade brasileira” no quadro da experiência moderna global também convergem com elementos-chave da abordagem das “modernidades múltiplas”. Shmuel Eisenstadt, seu principal expoente, argumenta que, ao contrário do que pressupunham os clássicos da sociologia bem como os teóricos da modernização, o programa cultural e as referências institucionais peculiares à modernidade europeia não permaneceram inalterados à medida que se expandiram para fora de seu berço originário. Ou seja, a expansão da modernidade em escala global não implicou em mera réplica do padrão de sociabilidade que emergiu na Europa moderna. Seu desdobramento posterior seja no interior de suas próprias fronteiras seja para além delas resultou em expressivas variações (Eisenstadt, 2010). Isso não significa, segundo o autor, a completa ausência de convergências (comportamentais, institucionais, cognitivas, normativas, dentre outros). Há, de acordo com Eisenstadt, um núcleo fundamental desse programa cultural, político e institucional que opera como uma espécie de denominador comum às múltiplas experiências modernas². Mas o argumento central é que o encontro desse programa originariamente europeu com outras culturas e tradições gerou modificações decisivas. Além de suas próprias contradições, tensões e antinomias internas, elas mesmas responsáveis pela emergência de concepções e configurações de sociabilidade diversas em seu berço originário, a expansão da modernidade para a América, posteriormente para a Ásia, Oriente Médio e, finalmente, para a África, fez-se acompanhar de transformações radicais em algumas das premissas, instituições e símbolos europeus (Eisenstadt, 2000). Como resultado, “desenvolveu-se nos vários contextos históricos uma grande variedade de sociedades modernas ou em modernização, compartilhando muitas características comuns, mas também evidenciando grandes diferenças entre elas, i.e. uma grande variedade de modernidades múltiplas, tipificando diferentes interpretações do programa cultural e político da modernidade” (Eisenstadt, 2010: 6-7). O importante, para ele, é que o escopo e a intensidade dessas transformações acabaram por desvincular a “modernidade” do processo de “ocidentalização”.

Embora de maneira menos sistemática e articulada, alguns desses *insights* e argumentos podem também ser encontrados em Prado Jr., Buarque de Holanda e Freyre. Nos três casos, há um deliberado esforço para se ressaltar as inúmeras transformações que conduziram a sociedade brasileira a padrões institucionais, valorativos, comportamentais, econômicos, estéticos, dentre outros, convergentes com os europeus. Diz-nos o autor de *Sobrados e mucambos* que “No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a reeuropeização se verificou (...) pela assimilação, da parte de raros, pela imitação (...), da parte do maior número, e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América (...) e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros” (Freyre, 1936/1996: 309-310). Buarque de Holanda corrobora esse sentimento. Refletindo sobre certa “evolução crítica” responsável por arruinar “velhos hábitos patriarcais, mantidos até aqui pela inércia”, o autor entende que “O

¹ Nesse sentido específico, talvez não seja um exagero vislumbrá-los como críticos *avant la lettre* das teorias da modernização.

² De acordo com Eisenstadt, tal núcleo consiste nos seguintes termos: 1) em contraste com cenários tradicionais, “as premissas e legitimações das ordens social, política e ontológica não são mais tomadas por certo”; 2) o cosmos, o homem e a sociedade são “naturalizados”, fato ao qual se liga a busca incessante pela “emancipação em relação aos grilhões da autoridade ‘externa’ ou da tradição”; 3) compreende-se que, ao invés de pensadas como emanções divinas, essas ordens são constituídas por “atividades humanas conscientes”, o que implica na possibilidade de sua constante transformação (Eisenstadt, 2010: 3).

desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos, indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução” (Holanda, 1994: 131). Por fim, Caio Prado Jr. insiste que, na segunda metade do século XIX, “O Brasil inaugurava-se num novo plano que desconhecera no passado, e nascia para a vida moderna de atividades financeiras” (Prado Jr., 2008: 193). Contudo, de maneira também análoga àquele debate em torno da noção de “modernidades múltiplas”, Prado Jr., Buarque de Holanda e Freyre esforçam-se para mostrar que tais convergências em hipótese alguma conseguiram suplantar por completo o peso de aspectos singulares, herdados de um passado também peculiar; não teriam conseguido diluir integralmente certos valores, padrões de comportamento, referências normativas, modelos institucionais e estruturas econômicas, dentre outros, distintos dos que passaram a prevalecer com a modernidade europeia. Para esses autores, ao fim e ao cabo, aqueles pontos de partida peculiares da formação social brasileira desaguaram em cenários consideravelmente distintos das “sociedades centrais”. Ora, como que renunciando o alerta de Eisenstadt ao discurso sociológico da modernidade, Freyre lança a seguinte advertência: “A verdade é que existem hoje civilizações nos trópicos que não se limitam a ser subcivilizações com relação à europeia. São civilizações (...) em que a valores europeus se juntam outros, extraeuropeus” (Freyre, 2010: 268).

Ocorre que caso essas análises pretendam relativizar o protagonismo exclusivo da Europa na experiência da modernidade, elas não conseguem escapar de certa armadilha epistemológica. Eis o ponto que quero enfatizar: as alardeadas peculiaridades e incomensurabilidades dessas “culturas não-europeias” permanecem vislumbradas à luz de uma dada imagem projetada acerca da “modernidade europeia”. Com efeito, a despeito de todo o esforço para se acentuar a perda de sua exclusividade, ou mesmo a não-linearidade das transformações que afinal de contas convergiriam em direção a certo “núcleo comum” (institucional, cognitivo, normativo, valorativo, etc), reafirma-se, de maneira mais ou menos sutil, o lugar epistemológico privilegiado daquela “experiência originária”. Assim é que, inadvertidamente, o “Ocidente moderno” volta a ser alçado à condição de padrão de medida *par excellence* da experiência social contemporânea: é em relação a ele que contextos sociais os mais diversos são classificados, que suas originalidades são aferidas, ao mesmo tempo que o *status* moderno dessas “experiências peculiares” é certificado.

É verdade que para a “geração de 1930”, a originalidade brasileira não poderia mais ser lastreada em fatores naturais (extra-sociais), os mesmos que intérpretes de uma geração precedente haviam identificado como responsáveis por nosso atraso. Mas, conforme procurei mostrar, é sintomático que, ao destronar aqueles fatores extra-sociais, Caio Prado Jr., Buarque de Holanda e Freyre tenham devotado tamanha atenção ao nosso passado, sobretudo a aspectos sociais tidos como decisivos nos momentos iniciais da formação brasileira. Vários desses aspectos teriam, de alguma forma, logrado perpetuar-se no presente, entrelaçando-se a padrões e referências modernas. Por isso, tal mudança epistemológica em favor de âncoras interpretativas e explicativas sociais de forma alguma viu-se acompanhada do desmonte da imagem do Brasil contemporâneo como um contexto excepcional. Isso explica a recorrência com que denunciam a impropriedade de ideias e referências (cognitivas, normativas e estéticas) produzidas nas sociedades centrais diante do desafio de se pensar e organizar o Brasil contemporâneo. Eis que, sutilmente, reforça-se a posição modelar das “sociedades centrais”; ao mesmo tempo, reafirma-se a imagem da sociedade brasileira moderna sob o signo do *desvio* – ou seja, de um contexto a um só tempo original e excepcional: um quadro político pouco afeito a instituições impessoais e democráticas, uma sociedade civil marcada por debilidade organizacional, uma economia sempre carente de apoio estatal já que incapaz de responder por suas próprias forças aos requisitos do mercado, esferas públicas permeadas por interesses privados, referências normativas religiosas imiscuindo-se em instituições pretensamente seculares, dentre outros (Tavolaro, 2005). Seríamos modernos, mas não exatamente como o “centro”; um passado muito peculiar, com seu padrão de sociabilidade característico, estaria a assombrar nosso presente.

Referências:

- BASTOS, Elide R. ***As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira***. São Paulo: Global, 2006.
- BOMFIM, Manoel. ***A América Latina: males de origem***. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOTELHO, André. “Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim”. *Temáticas*, 11(21/22): 75-100, 2003.
- CARDOSO, Fernando H. “Livros que inventaram o Brasil”. *Novos Estudos, CEBRAP*, n. 37, pp. 21-35, 1993.
- CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. ***Dependência e desenvolvimento na América Latina***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [1969], 2004.
- CHACON, Vamireh. ***Formação das ciências sociais no Brasil: da Escola do Recife ao Código Civil***. Brasília: Paralelo 15, LGE Editora/São Paulo: Editora da Unesp, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”. In ***Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas***. São Paulo: Expressão Popular, pp. 201-219, 2011.
- CUNHA, Euclides. ***Os sertões: campanha de canudos***. Rio de Janeiro: Francisco Alves [1902], 1981.
- DÓRIA, Carlos. ***Cadências e decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer***. Tese de doutorado em Sociologia, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007.
- EISENSTADT, Shmuel N. “Multiple modernities”. *Daedalus*, 129 (1): 1-29, 2000.
- EISENSTADT, Shmuel N. “Modernity and modernization”. *Sociopedia.isa*, International Sociological Association, pp. 1-15, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. ***Encountering development: The making and unmaking of the third world***. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FREYRE, Gilberto. ***Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre***. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FREYRE, Gilberto. ***Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil***. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- FREYRE, Gilberto. ***Sobrados e mucambos: história da sociedade patriarcal no Brasil***. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- FREYRE, Gilberto. ***O Luso e o Trópico: Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia num complexo novo de civilização: o lusotropical***. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.
- HOLANDA, Sergio B. ***Raízes do Brasil***. Rio de Janeiro: José Olympio [1938], 1994.
- IANNI, Octávio. ***A Idéia de Brasil Moderno***. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- PRADO Jr., Caio. ***Evolução Política do Brasil: colônia e império***. São Paulo: Editora Brasiliense [1933], 1994.
- PRADO JR., Caio. ***História Econômica do Brasil***. São Paulo: Editora Brasiliense [1945/1970], 2008.
- PRADO JR., Caio. ***Formação do Brasil Contemporâneo: colônia***. São Paulo: Companhia das Letras [1942], 2011.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In LANDER, Edgardo (org). ***A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais***. Buenos Aires: CLACSO, pp. 227-278, 2005.
- ROMERO, Silvio. ***Compêndio de História da Literatura Brasileira***. Rio de Janeiro: Imago Editora, Universidade Federal de Sergipe, 2001 [1909].
- SAID, Edward. ***Orientalism***. New York: Vintage Books, 1979.
- SCHMIDT, Volker. “Modernidades múltiplas ou variedades da modernidade?”. *Revista de Sociologia e Política*, 28: 147-160, jun. 2007.

- SCHWARCZ, Lilia. ***O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930***. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. ***Ao vencedor as batatas***. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- TAVOLARO, Sergio B. F. “Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (59): 5-22, 2005.
- TAVOLARO, Sergio B. F. “Entre a originalidade e a excepcionalidade: tensões e antecipações no pensamento social brasileiro”. In: Josué Pereira da Silva. (Org.). ***Sociologia Crítica no Brasil***. 1ed. São Paulo: Annablume Editora, 2012, v. 1, p. 77-115.
- TORRES, Alberto. ***A organização nacional: a constituição***. Brasília: Ed. Universidade de Brasília [1914], 1982.
- TORRES, Alberto. ***O problema nacional: introdução a um programa de organização nacional***. Brasília: Companhia Editora Nacional/MEC [1914], 1978.
- VENTURA, Roberto. “História e crítica em Silvio Romero”. In ROMERO, Silvio. ***Compêndio de História da Literatura Brasileira***. Rio de Janeiro: Imago Editora, Universidade Federal de Sergipe, pp. 9-21, 2001.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. “O tempo da casa-grande”. In ***Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro***. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 21-30, 2006a.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. “Os sertões de Euclides da Cunha”. In ***Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro***. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 41-48, 2006b.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. “O Brasil da harmonia autoritária e o Brasil do eterno dilema”. In ***Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro***. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 49-58, 2006c.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. “A história exemplar de Margarida”. In ***Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro***. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 161-168, 2006d.